



20

-----**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA**-----

-----**Mandato 2021-2025**-----

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM-----

-----**ACTA NÚMERO UM**-----

--- Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Marvila, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Manuel Portugal Lage, coadjuvado por Diana Cecília do Espírito Santo Prudêncio e Daniela Fernanda Cartaxo Serralha, primeira e segunda-secretárias para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos: -----

I - Período de Intervenção de Público

II - Período Antes da Ordem do Dia

III - Período da Ordem do Dia

---**Ponto 1 – Votação do Regimento da Assembleia de Freguesia de Marvila;**

---**Ponto 2 – Apresentação, discussão e votação dos Instrumentos previsionais para 2022:**

- Orçamento,
- Plano Plurianual de Investimentos,
- Plano de Atividades

---**Ponto 3 – Apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal da Freguesia;**

---**Ponto 4 – Apreciação e discussão do Relatório do Revisor Oficial de Contas;**

---**Ponto 5 - Apresentação, discussão e votação de proposta de suspensão do pagamento e/ou isenção das taxas da Freguesia em vigor na Tabela Geral de Taxas e Preços da Freguesia de Marvila, em articulação com o Município de Lisboa, quanto às taxas com origem nos Regulamentos da Câmara Municipal de Lisboa aplicáveis na freguesia.** -----

---**Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes eleitos:** -----

---**DO PARTIDO SOCIALISTA (PS)** –Luísa Maria Cabral Costa Gomes, Maria Libânia Fernandes Rendeiro, Maria Custódia Martins Pires André, Acácio Monteiro Gonçalves, Jerónimo Teixeira Magina, Luís Filipe Nunes Boaventura de Figueiredo, Márcia Maria Moreira Loureiro e Mafalda Sofia Fernandes Correia. -----

---**DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (PCP)** – Nuno Miguel Duarte de Sousa Almeida e José António dos Santos Martins. -----

---**DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)** – Olga Patrícia Correia de Sousa Cipriano e Luís André Fernandes Castro. -----

---**DO CHEGA (CH)** – Paulo Marcos Coelho de Abreu e Vasconcelos e Nuno Jorge Oliveira de Sousa. -----

---**DO BLOCO DE ESQUERDA (BE)** – Pedro Henrique Soares de Sousa. -----

---**DO CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL-PARTIDO POPULAR** – Pedro Pinto Monteiro. -----

---Estiveram ainda presentes na reunião os seguintes membros do Executivo da Junta de Freguesia de Marvila, que assinaram a “lista de presenças”: -----

---O Presidente, **José António Nunes do Deserto Videira** e os Vogais, **Maria Hermínia Morais Ventura Cintra, Susana Maria da Costa Guimarães, Joaquim**



DS
J

Cerqueira Brito, Maria Cristina Rodrigues Abreu, José António Amaral da Silva e João Carlos Lourenço dos Santos. -----

---Às **20 horas**, constatada a existência de quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia** declarou aberta a presente reunião ordinária, começando por dirigir uma palavra de saudação ao plenário, pedindo a alteração da Ordem de Trabalhos, passando assim desde já ao Ponto 1 da mesma – Votação do Regimento da Assembleia de Freguesia, uma vez que a sua única alteração tem a ver com as grelhas de tempos, proposta que, **após votação, foi aceite por unanimidade**. Informou ainda que a Comissão de Representantes, durante o mês de janeiro, fará alterações cirúrgicas do regimento, alterações que serão levadas ao plenário para que possam ser votadas essas mesmas alterações. Passou de seguida a explicar a distribuição dos tempos, conforme grelha abaixo descrita: -----

-----**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE MARVILA**-----

Tempos Regimentais

BANCADA	PAOD	1.º PONTO ORDEM DO DIA	RESTANTE ORDEM DO DIA
Junta	12 min	30 min	10 min
PS	20 min	42 min	10 min. cada eleito
PSD	6 min	10 min	10 min. cada eleito
PCP	6 min	10 min	10 min. cada eleito
CHEGA	6 min	10 min	10 min. cada eleito
BE	5 min	7 min	10 min. cada eleito
CDS	5 min	7 min	10 min. cada eleito

---Após a breve explicação, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a alteração explanada à votação do plenário. -----

---Após a votação, **foi o Regimento com a alteração dos tempos regimentais aprovada por maioria com os votos a favor do PS, do PSD, do CHEGA, do BE e do CDS-PP e os votos contra do PCP.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida ao Período de Intervenção do Público, chamando para usar da palavra o freguês, **Sr. Manuel Saraiva**, morador no bairro das Amendoeiras, que fez a seguinte intervenção: -----

---«Muito boa noite a todos os presentes.

Em benefício do tempo, que nos constrange, na pessoa dos Senhores Presidente da Junta e da Assembleia Municipal, cumprimento todos os eleitos, particularmente os que acabam de chegar para exercer um primeiro mandato, no desejo que possam cumprir os objetivos a que se propuseram e também os fregueses, tão poucos, que me fazem companhia, assistindo a esta assembleia.

Permitam-me uma breve citação da Constituição da República para justificar a ameaça que aqui deixei aquando da minha intervenção de despedida. Este órgão (Assembleia de Freguesia) é um órgão político e, sempre que deixar de discutir política, estará num processo de minimização da sua importância.

Diz então o **Artigo 48º**:

*Paragrafo 1 – Todos os cidadãos têm direito de tomar parte na vida política e na direção dos assuntos públicos do país, **diretamente** ou por intermédio de representantes livremente eleitos.*

Assim, é nessa qualidade de cidadão, que se situarão as minhas intervenções, preferencialmente políticas, porque existem outros meios para apresentar outros



PJ
de

assuntos muito importantes, particularmente o espaço público e a segurança, sejam esses meios ou ferramentas geridas pela Junta ou pela Câmara.

Genericamente, todos concordarão com a afirmação de que votar é um imperativo democrático. O problema está na pergunta: **qual a razão por que as pessoas não votam, particularmente nas eleições autárquicas, entendidas como eleições de proximidade?** Apresentar argumentação relevante sobre esta matéria não é possível, pelas razões que compreenderão, particularmente a questão do tempo, generosamente disponibilizado na Regimento desta Assembleia. Porém, limitando esta intervenção à enumeração de alguns tópicos, não deixarei de lhes dar a minha opinião sobre a abstenção, que é assunto que me preocupa desde há muitos anos, particularmente em Marvila, em regra a freguesia campeã nesse indicador.

Nas últimas eleições autárquicas a diferença de quase 20 pontos percentuais entre a Freguesia que registou a menor abstenção (Belém, 41,64%) e a que registou a maior (Santa Maria Maior, 60,81%) não tem uma explicação simples.

Agrava-se o fosso entre eleitos e eleitores, particularmente em eleições que se dizem de proximidade. Se fosse fácil identificar as causas da abstenção seria possível inverter este trajeto, com soluções adequadas. São muitas as teorias e poucas as certezas. Convém, porém, questionarmos qual o papel desempenhado pelo cidadão na democracia, particularmente naquela que é, do ponto de vista formal, uma democracia representativa. Não pode ser apenas a expressão de um voto, distante no tempo, através do qual escolhemos os nossos representantes, sem possibilidades de intervir no desenho das políticas locais e, mais grave ainda, em alguns casos desconhecendo totalmente os programas dos candidatos.

A democracia participativa faz parte do modelo europeu de sociedade, está devidamente regulada e confere aos cidadãos o direito de participar na vida democrática da União e estipula que as decisões são tomadas de forma tão aberta e tão próxima dos cidadãos quanto possível e em que a participação é um direito cívico.

Comos sabemos, em regra, é enorme a diferença entre a teoria e a prática. Há que dar passos nesse caminho, particularmente na adequação das leis autárquicas a este princípio.

Mesmo assim há aspetos práticos da governação autárquica que podem **(reparem, eu digo podem. ficando pela possibilidade, longe da afirmação)** atenuar ou limitar estes efeitos. Resumidamente:

1. A questão da transparência e do acesso público aos documentos: a publicação, no sítio da internet da Junta, dos documentos mais importantes – atas das reuniões do executivo, plano de atividades, orçamento e atas da Assembleia de Freguesia – terá certamente efeitos positivos na perceção do cidadão quanto à atividade da sua Junta de Freguesia. A informação é um direito dos cidadãos, sem a qual não é possível a democracia e a participação séria. Acrescente-se, por importante: é um direito constitucional.
2. Assistência às reuniões. Dar importância e levar a sério o direito de assistência às reuniões deliberativas (que é o direito que estamos agora a exercer) mas também as reuniões públicas do órgão executivo, procedendo à sua conveniente divulgação.
3. Contacto regular dos eleitos, em reuniões informais, para lhes dar conta dos problemas existentes e das possíveis soluções a considerar.



Di
J
R

4. Participação dos cidadãos em órgãos consultivos ou comissões, contribuindo para o debate dos assuntos da comunidade. Um bom exemplo seria uma discussão prévia sobre aspetos que são considerados importantes no Plano de Atividades da Autarquia e na discussão do Orçamento.
5. Calendarizar reuniões descentralizadas de ambos os órgãos, numa política de proximidade e de unidade da Freguesia.
6. Exercer uma pedagogia política, na divulgação pública das competências dos órgãos e na possibilidade de intervenção cívica, que possa incluir as escolas.
7. Levar a consulta pública determinados regulamentos com impacto na comunidade.
8. Generalização da participação cívica através de instrumentos do tipo Orçamento Participativo;
9. Discussões sobre assuntos relevantes da autarquia, mesmo com toda a informalidade, promovida por grupos de cidadãos, associações e partidos.

Uma sociedade justa tem de ser democrática para poder ser perfeitamente justa, mas uma sociedade democrática não é, por definição, justa. Num momento particularmente difícil para a democracia a nível global, num processo de contração, cabe-nos a todos defendê-la, num exercício crítico e numa atitude de exigência. Afinal é o nosso futuro que está em causa.

Muito obrigado.» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao freguês, **Sr. Ricardo Correia** que, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

---«Boa noite a todos, boa noite Sr. Presidente, vou efetivamente dar um recado, eu na minha última intervenção, foi-me cortada a palavra e muito bem pois esgotei o meu tempo mas era só para fazer ver pois após a condução dos trabalhos, es5tiveram aqui duas pessoas da assembleia a discutir um problema pessoal e acho que é um pouco injusto, independentemente de terem tempo ou não, mas se calhar cortava-se a palavra às pessoas porque aqui não é momento para discutir um assunto pessoal, portanto, concordo com tudo o que foi dito, mas era só para sugerir que gira melhor os trabalhos e dizer que, efetivamente, todos os assuntos que relevo aqui ainda não foram resolvidos até à data, já me foi prometido que está para breve, irei aguardar. Muito obrigado.» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** agradeceu a intervenção informando o freguês que o Presidente da Assembleia de Freguesia não pode interferir nem pode impedir os membros da Assembleia de Freguesia de se pronunciarem sobre aquilo que entendam fazer dentro do seu tempo do mesmo modo que não o fez a nenhum freguês que faça a intervenção dentro do seu tempo. Salientou ainda que tira a palavra aos membros da Assembleia de Freguesia como aos membros do público que ultrapassem o tempo limite de intervenção ou que se excedem nas suas intervenções, agradecendo o reparo do freguês e também a sua volta à Assembleia para intervir como freguês. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao freguês, **Sr. Manuel Martins** que, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---«Boa noite, Sr. Presidente, senhoras secretárias, Sr. Presidente da Junta, senhores eleitos e todos os partidos aqui representados, é uma honra, com 75 anos, continuar vivo e em Marvila. Queria em primeiro lugar, saudar o Sr. Presidente da Junta, pela grande vitória que teve na freguesia. Queria também dizer que moro no bairro do Condado e o bairro do Condado está abandonado, não tem segurança, a partir das



DSJ
JL

das nove e meia da noite, os autocarros para passarem na zona têm que parar um longe para passar a revés porque o pessoal que trabalha à noite estaciona em três filas, portanto é necessário ver se poderia haver segurança para mandar para ali. Queria também dizer que há anos que tudo desapareceu, ficámos sem os correios, ficámos sem o banco, ficámos sem a polícia, falta nos tirar a farmácia. Queria também dizer que há um esgoto a céu aberto, nas traseiras do lote 535, que já está assim há mais de 15 dias e não se pode com aquele cheiro, pelo que agradecia que alguém tomasse medidas nesse sentido. Era só.» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu então a palavra ao Sr. Presidente da Junta para que respondesse às questões colocadas pelos fregueses. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, dando a boa noite a todos, disse querer deixar uma saudação muito especial a todos os presentes e a todos os que seguem a transmissão da Assembleia Freguesia em direto. Saudou de seguida a intervenção do Sr. Manuel Saraiva e à cutilância com que trouxe a este plenário a questão que é o problema da abstenção, à forma como o fez e o conjunto de sugestões que expôs, que serão tidas em conta pelo órgão executivo da Junta de Freguesia, acreditando que também serão tidas em conta pelo órgão deliberativo que é a Assembleia de Freguesia. Referindo a intervenção do freguês, Sr. Ricardo Correia disse que o Executivo aguarda que parte das intervenções sugeridas anteriormente pelo freguês, que têm a ver com o rebaixamento das passadeiras, seja uma concretização nas próximas semanas. Referindo-se à intervenção do freguês, Sr. Manuel Martins, agradeceu os votos formulados ao Executivo para o presente mandato e fez também uma saudação pela energia do freguês com a bonita idade que tem. Disse que realmente existe um conjunto de problemas relativamente à segurança e ao estacionamento na zona que têm estado a ser acompanhados. Na questão relativa ao lote 535, informou o plenário que a referida situação está a ser acompanhada pela Junta e que a mesma deve ser resolvida pela Gebalis pois trata-se de uma caixa de esgoto situada no interior do próprio edifício havendo já um compromisso por parte da Gebalis para a resolução desta situação. Informou ainda se a resolução não partir da Gebalis será o saneamento da CML a resolver esta situação. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** agradecendo a intervenção do Sr. Presidente da Junta, passou ao Período Antes da Ordem do Dia, começando por colocar à votação a Ata da Primeira Reunião de funcionamento da Assembleia de Freguesia realizada no dia 20 de outubro de 2021, informando que a referida ata foi distribuída a todos os membros da Assembleia atempadamente e, não havendo pedidos de palavra sobre a mesma, colocou a referida ata à votação do plenário. -----

---Passada a votação, **foi a Ata da Primeira Reunião de Funcionamento da Assembleia de Freguesia aprovada por maioria com os votos a favor do PS, do PCP, do PSD, do BE e do CDS-PP e as abstenções do CHEGA.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a informar que deram entrada na mesa dois votos de pesar subscritos por todas as bancadas da Assembleia de Freguesia, passando a palavra à **Sr.ª Segunda-Secretária, Sr.ª D. Daniela Serralha**, para proceder à leitura do Voto de Pesar nº 1 que abaixo se transcreve: --

-----**Voto de Pesar nº 1**-----

PELO FALECIMENTO DE JORGE SAMPAIO



82.
J
X

--- Há homens que marcam todo um Povo, pela sua coragem, a sua cultura, a força da sua intervenção e pelo seu exemplo.

Jorge Fernando Branco de Sampaio - nasceu em Lisboa, em 18 de setembro de 1939. Na infância passou algum tempo nos EUA, acompanhando o pai, Arnaldo Sampaio que foi Diretor Geral da Saúde e que ali prosseguiu estudo e investigação. Esta vivência de outra cultura e outras gentes influenciou-o.

Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1961.

Aí desenvolveu uma relevante atividade académica e intervenção social e política, iniciando, assim, uma persistente ação política de oposição à Ditadura e de defesa da Liberdade e Democracia,

Foi eleito Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito, em 1960-61, e Secretário-Geral da Reunião Inter Associações Académicas (RIA), em 1961-62. Nessa qualidade, torna-se num dos protagonistas da crise académica do princípio dos anos 60, a qual esteve na origem de um longo e generalizado movimento de contestação estudantil, que teve apoio de parte da população cansada do Estado Novo e da Guerra Colonial, que durou até ao 25 de Abril de 1974, e que abalou profundamente o Regime.

Como advogado teve um papel de relevo na defesa de presos políticos, no Tribunal Plenário de Lisboa, trabalhando pro bono e sem medo quando a Ditadura estrebuchava e se tornava mais agressiva.

Como opositor à Ditadura, candidatou-se, em 1969, às eleições para a Assembleia Nacional, integrando as listas da Comissão Democrática Eleitoral (CDE).

A atividade política e intelectual foi uma constante, participando nos movimentos de resistência e na afirmação de uma alternativa democrática de matriz socialista, aberta aos novos horizontes do pensamento político europeu.

Após a Revolução do 25 de Abril de 1974, foi um dos principais impulsionadores da criação do Movimento de Esquerda Socialista (MES).

Nos primeiros anos da Revolução, teve um importante papel no diálogo com a ala moderada do MFA, sendo um ativo apoiante das posições do "Grupo dos Nove".

Em março de 1975, integra o Governo e é nomeado Secretário de Estado da Cooperação.

Participou também na fundação da "Intervenção Socialista", grupo constituído por políticos e intelectuais, que viriam a desempenhar funções de relevo na vida pública, e que desenvolveu um significativo trabalho de reflexão e renovação política.

Em 1978, aderiu ao partido Socialista e em 1979, foi eleito deputado à Assembleia da República, pelo círculo de Lisboa, e passa a integrar o Secretariado Nacional do PS.

De 1979 a 1984, foi membro da Comissão Europeia dos Direitos do Homem no Conselho da Europa, realizando aí um importante trabalho na defesa dos Direitos Fundamentais e contribuindo para uma aplicação mais dinâmica dos princípios contidos na Convenção Europeia dos Direitos do Homem, luta que prosseguiu até à sua morte.

Foi reeleito deputado à Assembleia da República, em 1980, 1985, 1987 e 1991. Em 1987/88 torna-se Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e tem responsabilidade na área das Relações Internacionais do PS.

Foi ainda copresidente do "Comité África" da Internacional Socialista.



DS-
J
D

Em 1989, foi eleito Secretário-Geral do Partido Socialista, cargo que exerce até 1991, e é designado, pela Assembleia da República, como membro do Conselho de Estado. Em 1989 é eleito e depois reeleito, em 1993 no cargo de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, com uma equipa com uma gestão mais moderna da Polis afirmando uma visão estratégica, com a novas conceções e métodos de planeamento, gestão, integração e desenvolvimento urbanístico.

Esta candidatura de grande significado político dá a partir de então, uma dimensão de importância às eleições autárquicas.

Exerce ainda a Presidência da União das Cidades de Língua Portuguesa (UCCLA), Vice-Presidente da União das Cidades Ibero-Americanas, e Presidente do Movimento das Euro Cidades.

Em 1995, Jorge Sampaio apresenta a sua candidatura às eleições presidenciais, recebendo apoio de inúmeras personalidades, independentes e de outras áreas políticas, cultural, económica e social, e do Partido Socialista. E do Povo que em 14 de janeiro de 1996, o elege à primeira volta. Foi investido no cargo de Presidente da República no dia 9 de março de 1996. Apresentou-se de novo e voltou a ser eleito à primeira volta, em 14 de janeiro de 2001, para um novo mandato.

Foi notável a sua ação na transferência de Macau e na Independência de Timor-Leste.

Pertenceu a uma geração que lutou contra a ditadura e ajudou a construir a democracia e isso influenciou o político e o estadista sempre preocupado com os mais abandonados e mais pobres.

Tem papel de relevo no processo que levou à independência de Timor-Leste.

Depois de deixar a Presidência da República Portuguesa integra por indicação da ONU/OMS a Luta contra a Tuberculose no mundo e funda a Plataforma Global para os Estudantes Sírios, a que preside, proporcionando aos jovens sírios brutalmente atingidos pela guerra uma estadia serena e acolhedora e o prosseguimento dos estudos interrompidos na sua terra a ferro e fogo.

Tal como disse **"A solidariedade não é facultativa, mas um dever que resulta do artigo 1.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos"** tornou na sua ação a solidariedade obrigatória e, bem poucos dias antes da sua morte preparava um reforço do programa de emergência de bolsas de estudos e oportunidades académicas para jovens afegãos.

Foi sempre um apaixonado pela música e pelas artes que procurou que chegassem a todos.

Foram muitas as áreas em que se notabilizou e muitas as boas causas em que se empenhou foram muitas as condecorações que recebeu, mas, no fundo, a que mais marca é que morreu um HOMEM BOM.

A Assembleia de Freguesia de Marvila, na sua reunião ordinária de 24 de novembro de 2021, delibera:

- Aprovar o voto de pesar pelo falecimento de Jorge Sampaio;
- Solicitar à Junta de Freguesia que, através dos seus meios de comunicação, dê conhecimento público desta decisão.

Marvila, 24 de novembro de 2021.» -----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra à Sr.ª Primeira-Secretária, Sr.ª D. Diana Prudêncio para proceder à leitura do Voto de pesar nº 2 que abaixo se transcreve: -----



DS
J
Df

-----Voto de Pesar nº 2-----

PELO FALECIMENTO DO FREI DOMENICO (Domingos) CELEBRIN

---«Foi com consternação que, no passado dia 26 de outubro, tomámos conhecimento do falecimento do Frei Domingos/Domenico Celebrin, figura bastante conhecida pelas gentes de Marvila e de quem muitos guardam boas recordações pela sua bondade, capacidade de acolhimento e caridade.

Domenico (Domingos) Emilio Celebrin nasceu em Sabaudia, Itália, a 4 de março de 1956. Entrou no seminário em Camposampiero, a 25 de setembro de 1977, fez a profissão dos votos temporários como franciscano conventual, na Basílica de Santo António em Pádua, em 1981, e a profissão solene, em Roma, na paróquia de São Marcos Evangelista, em 1985, tendo sido ordenado presbítero em 1986.

Chegou a Marvila em 1991, à então Paróquia do Vale de Chelas (Igrejas de São Maximiliano Kolbe e de Santa Clara) onde foi vigário paroquial e onde se entregou com entusiasmo à vida pastoral, nomeadamente na pastoral juvenil e na pastoral social. Foi ainda membro do Conselho Presbiteral do Patriarcado de Lisboa. Em 2005, partiu para Coimbra, onde foi pároco da Paróquia de Santo António dos Olivais, até 2 de outubro de 2021.

Coração grande e generoso, sobretudo para os mais frágeis e desprotegidos, tinha sempre boa disposição. Foi um arauto do diálogo ecuménico e viveu sempre a acreditar que na Igreja católica há espaço para todos.

A Assembleia de Freguesia de Marvila, na sua reunião ordinária de 24 de novembro de 2021, delibera:

- Aprovar o voto de pesar pelo falecimento do Frei Domingos;
- Apresentar as condolências à família do Frei Domingos, à comunidade dos Frades Franciscanos Conventuais da Província de Pádua, em particular à Delegação de Portugal, e aos paroquianos das Paróquias do Vale de Chelas e de Santo António dos Olivais (Coimbra);
- Solicitar à Junta de Freguesia que, através dos seus meios de comunicação, dê conhecimento público desta decisão.

Marvila, 24 de novembro de 2021» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou então o Voto de Pesar nº 1 à votação do plenário. -----

---Passada a votação, **foi o Voto de Pesar nº 1 aprovado por unanimidade.**

---De seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à votação do plenário o Voto de Pesar nº 2. -----

---Passada a votação, **foi o Voto de Pesar nº 2 aprovado por unanimidade.**

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então ao **Período Antes da Ordem do Dia**, abrindo as inscrições para as intervenções dos eleitos. -----

---O Sr. Presidente da Assembleia informou o plenário que a moção entregue à mesa pela bancada do BE foi retirada dos trabalhos pelo que, não será discutida. Abriu de seguida as inscrições para as intervenções no PAOD. -----

--- O S. Nuno Almeida pediu a palavra para solicitar à Mesa que pudessem ler os documentos apresentados pelo PCP á Assembleia. -----



DS-
A
D

---Assim, o Sr. Presidente da Assembleia passou então à leitura do primeiro documento apresentado pela bancada do PCP que abaixo se transcreve: -----

-----Recomendação-----

«Constituição de Comissão para os problemas de Mobilidade e Transportes

Um dos vários problemas com que os Cidadão, moradores, trabalhadores, estudantes, comerciantes ou visitantes de Marvila, se confrontam no dia-a-dia é o da Mobilidade e Transportes.

Desde as barreiras arquitetónicas com que as pessoas com mobilidade reduzida, à necessidade de criar ou alargar zonas de circulação pedonal, ao serviço da Carris, que não cobre a totalidade dos bairros ou tem horários que não servem as necessidades das populações, à degradação da estação de comboios de Marvila da CP e das composições que nem sequer lá param, à implementação ciclovias na Freguesias sem ouvir utilizadores, moradores ou comerciantes e que revelam constrangimentos de variadíssima ordem, a localização da Feira do Relógio, entre muitos outros.

São muitos os problemas que existem, e existirão, numa Freguesia como a de Marvila, sempre em constante desenvolvimento e crescimento.

O grupo de eleitos do PCP entende que a Assembleia de Freguesia não pode nem deve ser um espaço de mera constatação e denuncia do que está mal e que esta pode, e deve, ser um agente ativo e mobilizador, quer do ponto de vista da identificação de carências, quer do ponto de vista da apresentação de propostas, para a resolução de problemas existentes.

Assim, o grupo de eleitos do PCP, apresenta à Assembleia de Freguesia de Marvila, nos termos do Regimento em vigor, a **Constituição de Comissão para os problemas de Mobilidade e Transportes**, que tenha como objetivo o acompanhamento de todas as questões que tenham a ver com a mobilidade e transportes na Freguesia e apresentar, à Assembleia de Freguesia e Executivo da Junta de Freguesia de Marvila, propostas para o melhoramento constante destas questões ao longo do mandato que agora se inicia.

O grupo de eleitos do PCP» -----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou de seguida à leitura do segundo documento apresentado e que abaixo se transcreve: -----

-----Recomendação-----

Reuniões descentralizadas da Assembleia de freguesia de Marvila

«No ato eleitoral para as Autárquicas de 26 de setembro de 2021, que elegeu os Órgãos Autárquicos da Freguesia de Marvila para o quadriénio 2021-2025, ato que decorreu com perfeita normalidade e sem incidentes a registar, sinal de grande maturidade democrática e respeito pelo poder local democrático, exerceram o seu direito de voto 13.569 votantes, dos 33.187 inscritos nos cadernos eleitorais, fixando-se assim uma taxa de participação dos Marvilenses, neste ato, de 40,89%.

Nenhum eleito, ou força política, para a representação dos Marvilenses nos órgãos da sua Freguesia, pode ficar indiferente face á elevada abstenção que se verificou em Marvila, pois (cerca de 60%) de Marvilenses não compareceu às urnas, ou seja, deve ser um motivo de preocupação para todos nós, já que, 6 em cada 10 Marvilenses se alhearam de participar neste ato de cidadania, tão importante e fundamental para uma verdadeira democracia, como é o direito e o dever de votar.



DS
H
DR

Existindo certamente motivos diversos para que a abstenção seja tão elevada em Marvila, uma das principais razões para este alheamento será o sentimento de distanciamento que os cidadãos terão em relação aos centros de decisão, e também aos intervenientes políticos, neste caso da Junta e Assembleia de Freguesia, cuja capacidade de envolver e mobilizar os eleitores não será a desejável.

Tal sentimento de distanciamento será também uma das razões, nomeadamente no mandato anterior, para que a participação em Assembleias de Freguesias de cidadãos ou representantes das instituições, quer para o uso da palavra, para a exposição dos problemas sentidos, quer para assistir às sessões, tenha ficado aquém do que seria desejável numa democracia participada.

Face ao exposto:

O grupo de eleitos do PCP, como forma de promover uma maior proximidade e participação dos cidadãos e instituições da Freguesia, apresenta à Assembleia de Freguesia de Marvila, nos termos do Regimento em vigor, **a recomendação para a realização de reuniões descentralizadas da Junta e Assembleia de Freguesia nos diversos Bairros, ao longo do mandato que agora se inicia**, tendo sempre estas reuniões ou Assembleias como primeiro ponto da ordem dos trabalhos a discussão dos problemas de cada um desses Bairros.

O grupo de eleitos do PCP» -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Pedro Monteiro (CDS-PP)** que, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e, relativamente aos documentos apresentados para discussão, sobre o documento que refere as reuniões descentralizadas, disse ter algumas reservas relativamente às reuniões descentralizadas além de que esta situação já se encontra prevista no Regimento da Assembleia de freguesia. Disse considerar ser redundante dando a opinião de que, na revisão do Regimento, se poder especificar essa situação e, por esse motivo, disse que a sua bancada se irá abster sobre o documento em questão. Relativamente à constituição da comissão, disse ter alguma relutância, dizendo conseguir compreender o âmbito da criação desta comissão, mas considera ter algumas limitações frisando que, para se constituir uma comissão, será necessário fazer um levantamento em termos de transportes existentes e sente que não terá a capacidade de fazer um levantamento exaustivo relativamente ao referido assunto. Informou que, face ao exposto, se irá abster relativamente ao documento em questão. Relativamente à moção que irá ser apresentada pelo bloco de esquerda, informou que a sua bancada irá votar contra, explicando que, embora goste de ciclovias, considera que o sítio mais seguro para circular de bicicleta é mesmo na estrada. Disse ainda que a presente moção aponta em criar ainda mais ciclovias do que as que existem o que não considera viável. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra à **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, saudando os presentes, disse que, relativamente à recomendação que refere as assembleias descentralizadas, disse entender que, já estando especificadas no Regulamento, não faz qualquer sentido estar a aprovar esta recomendação, sobretudo porque a considera inoportuna no momento em que estamos, num momento em que a pandemia embora não desculpe tudo obriga a cuidados redobrados pelo que não lhe parecer ser bom andar a programar reuniões descentralizadas sem perceber como irá evoluir a pandemia no nosso país. Relativamente ao documento referente à criação da comissão de



DS
A
Z

acompanhamento, disse que a sua bancada irá se abster, frisando que só não votarão contra a algo que está expresso no Regimento, embora não nos termos em que está expressa no referido documento. Relativamente aos problemas da mobilidade e transportes, considera ser necessário começar a apresentar os documentos com mais substância e com mais informação para que se possa refletir e não se estar constantemente a apresentar documentos só por apresentar dizendo ainda esperar que seja possível durante os futuros anos criar algumas comissões e esta será uma delas, mas para se obter resultados e não chegar ao fim do mandato e não saber o que dali resultou. Informou que, assim sendo, a sua bancada votará contra esta recomendação. Disse que, pela mesma razão, a sua bancada votará contra a moção do BE, não que não concorde com muito do que é expresso no documento, mas porque entende não bastar a criação de mais ciclovias e sim a realização de um estudo aprofundado e sim nessa altura se possa criar uma comissão para realizar esse estudo. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Pedro Sousa (BE)** que, no uso da palavra, disse que, relativamente ao documento entregue pelo PCP referente à comissão de acompanhamento, a sua bancada votará favoravelmente pois considera ser importante ter mais participação cívica e haver trabalho realizado sobre o tema dos transportes, salientando também que não entende o voto contra uma moção que é clara, é explícita, e que prevê a criação de mais ciclovias tendo em conta os planos da Câmara. Disse que ainda mesmo na última assembleia municipal a esquerda uniu-se para aprovar na baixa uma zona de poluição zero. Disse ainda esperar que a comissão de acompanhamento dos transportes tenha um bom resultado para se poder ter um estudo mais aprofundado e mais tarde se poder aprovar uma medida que permita mais ciclovias, salientando que a moção que o seu partido entregou previa até o reordenamento e a criação de uma rede dinâmica de transportes tal como a moção abaixo transcrita: -----

-----**Moção pela valorização e ordenamento das ciclovias em Marvila**-----

Com as alterações climáticas cada vez mais evidentes o poder público tem que tomar medidas que visem a apresentação de alternativas sustentáveis a um modelo de transporte individual poluidor.

A nível municipal e freguesia foi possível implementar um sistema de ciclovias que se revelou eficiente. Contudo, a rede de ciclovias em Marvila tem-se revelado ineficiente, porque não conecta os bairros da freguesia uns aos outros, falhando na criação de uma rede dinâmica de transportes alternativos ao automóvel e na conexão e unidade da freguesia.

Não há planeta B, há que apresentar alternativas ecologistas e utilitárias na vida das pessoas.

Por isso, o Bloco de Esquerda propõe que na sessão ordinária do dia 24 de novembro se delibere:

1- Criação de mais ciclovias em Marvila em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa;

2- Reordenamento dos percursos das ciclovias, com o objetivo que estas conectem os bairros de Marvila entre si permitindo, assim, criar uma rede dinâmica alternativa ao uso do automóvel.

O BE de Marvila» -----



DS
A
DP

---O **Sr. Pedro Sousa (BE)** disse ainda que, sobre a recomendação apresentada pelo PCP, a sua bancada votará favoravelmente, mesmo sabendo que o Regulamento da Assembleia contemple as reuniões descentralizadas, e mesmo não sabendo o futuro da pandemia, é sempre bom este tipo de iniciativas. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Nuno Almeida (PCP)** que, no uso da palavra, saudando os presentes, disse estar espantado, em relação à reação dos eleitos relativamente à recomendação da criação da comissão de acompanhamento de mobilidade e transportes uma vez que, sendo um problema que todos sentem, nomeadamente os Marvilenses bem como os Lisboaetas, e também uma vez que nos programas eleitorais de todos os partidos representados na Assembleia esta preocupação era veementemente levantada em relação à necessidade de melhorar o sistema de transportes e a qualidade da mobilidade em Lisboa e em Marvila, é com espanto que verifica não se querer dar um contributo para que a discussão sobre este assunto seja feita e se possa com trabalho melhorar esta questão que tanto afeta os fregueses. Em relação à recomendação sobre a descentralização das reuniões, disse que, apesar de ela estar prevista no Regulamento há quatro anos, a verdade é que não foi realizada nenhuma reunião descentralizada, dizendo ainda que a pandemia não serve de desculpa para tudo. Salientou que a seu ver nada vê de mal de voltar a frisar que as reuniões descentralizadas poderão aproximar mais as pessoas para que possam colocar os problemas existentes nos seus bairros. Chamou ainda a atenção para o site da Junta de Freguesia, dizendo que a listagem dos membros da Assembleia de Freguesia ainda não está atualizada. Falou também sobre uma situação noticiada na imprensa, relativo à SPEM – Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla, que tem sede na freguesia na zona do Poço do Bispo, onde existe o risco de encerramento do serviço de neuro-reabilitação a partir do dia 1 de janeiro por falta de apoio dos organismos estatais. Questionou se a Junta de Freguesia está a par desta situação e se está a acompanhar o caso. Informou que este é um serviço que o SPEM proporciona de fisioterapia e terapia da fala para pessoas com esclerose múltipla, serviço complementar à resposta que o SNS dá e que é fundamental para os doentes desta grave doença. Falou também de uma situação na escola Manuel Teixeira Gomes que está em obras, a entrada principal está fechada e a entrada dos alunos é feita pela rua Tomás Alcaide onde as crianças, enquanto a escola não abre estão num espaço muito exíguo sendo necessário mais espaço para as crianças e pais estarem ali à hora de entrada de uma forma mais segura ou tomar medidas para que a entrada principal seja reativada. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, saudando os presentes, parabenizou todas as forças na Assembleia pelo resultado obtido nas eleições salientando haver pela primeira vez a presença de novos partidos. Deu um agradecimento especial a todos os funcionários da Junta bem como a todos os novos membros presentes na Assembleia e um cumprimento ainda mais especial a todos os fregueses que acompanham esta Assembleia por via online. Disse que, naquelas obras que existiram no momento pré-eleitoral, houve uma intervenção realizada no Vale Fundão, a nível de alcatroamento, foi realizada em quase todas as ruas, mas existiram algumas que isso não aconteceu, sobretudo frente ao bloco 35. Assim, questionou o porquê dessa situação e se existe previsão de isso vir a acontecer. Solicitou também ao Executivo



DS
H
DP

informação relativa ao ponto de situação da fonte existente no parque infantil da zona do Vale Fundão, uma vez que o referido chafariz não tem ligação de água. Disse ainda que, uma vez se ter verificado um conjunto de máquinas na zona onde se irá realizar a construção do hospital, gostaria de obter informação sobre o arranque da obra ou se o mesmo está previsto uma vez que as máquinas já começam a movimentar as terras e a população já começa a questionar o que se irá passar. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Paulo Vasconcelos (CH)** que, no uso da palavra, saudou os presentes e, relativamente ao documento apresentado pelo PCP referente à formação de uma comissão de acompanhamento sobre a mobilidade e os transportes, salientando que é um tema refletido no programa eleitoral do seu partido, em especial a estação ferroviária de Marvila que tem um alto grau de perigosidade para os transeuntes que saem do comboio, disse considerar que a constituição de uma comissão, mesmo não sabendo o que aconteceu no passado, é algo importante e informou que a sua bancada irá apoiar a formação da referida comissão. Referindo o documento sobre a descentralização das Assembleias de Freguesia, disse que a sua bancada se irá abster, mas acredita que talvez fosse uma medida interessante para dar uma resposta a uma pessoa aqui do público sobre a abstenção que rondou os 60%, e que esta medida poderia aproximar a Assembleia de Freguesia dos fregueses de Marvila. Salientou que essa situação poderia talvez mobilizar os fregueses para cada vez mais participarem civicamente na construção de uma Marvila melhor. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, não havendo mais pedidos de intervenção, colocou a recomendação apresentada pela bancada do PCP, **Constituição de Comissão para os problemas de Mobilidade e Transportes** à votação do plenário. -----

---Passada a votação, **foi a Recomendação - Constituição de Comissão para os problemas de Mobilidade e Transportes, rejeitada com os votos a favor do PCP, do CH e do BE e as abstenções do PSD e do CDS-PP e os votos contra do PS.**

---O **Sr. Presidente da Assembleia** colocou de seguida à votação a recomendação apresentada pela bancada do PCP, **Reuniões descentralizadas da Assembleia de Freguesia de Marvila.** -----

---Passada a votação, **foi a Recomendação - Reuniões descentralizadas da Assembleia de freguesia de Marvila, aprovada por maioria com os votos a favor do PSD, do PCP e do BE e as abstenções do PS, do CH e do CDS-PP.** -----

Por fim, o Sr. presidente da Assembleia colocou à votação o documento apresentado pela bancada do BE, **Moção pela valorização e ordenamento das ciclovias em Marvila.** -----

---Passada a votação, **foi a Moção pela valorização e ordenamento das ciclovias em Marvila rejeitada com o voto a favor do BE, a abstenção do PCP e os votos contra do PS, do PSD, do CH e do CDS-PP.** -----

---Encerrando a votação, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para encerramento do PAOD. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse querer dar algumas respostas relativamente a um conjunto de situações que foram levantadas pelo plenário pelos senhores eleitos, Sr. Nuno Almeida e Sr. Luís Castro, relativamente à atualização da listagem dos membros da Assembleia de Freguesia no site, disse que os serviços o informaram que a referida lista já se encontra atualizada. Relativamente à SPEM -



Dr.
J
Dr

Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla, disse que a direção da mesma já foi recebida pela Junta no passado mês de outubro e nunca reportou esta situação como uma situação premente, apenas reportou haver a necessidade de um conjunto de financiamentos para resolver questões de instalações e outras questões afins em que a Junta de Freguesia já supriu essas dificuldades financeiras através de um apoio financeiro pontual na ordem de cinco mil euros, dizendo acreditar que se houvesse uma necessidade assim premente, a referida instituição sabia que a Junta de Freguesia estaria na disponibilidade de não só tentar encontrar o apoio financeiro através de entidades junto das quais seria necessário para obter esse financiamento para poder corrigir esta situação, ou seja, junto da CML e da Segurança Social. Relativamente à escola Manuel Teixeira Gomes, disse existir ali um conjunto de situações elencadas que a Junta tinha pensadas serem resolvidas pelo próprio empreiteiro da obra mas considera que foram colocadas boas sugestões que o Executivo irá ter em conta relativamente a esta situação e que irá passar aos serviços da CML que estão a fazer a fiscalização da obra sobre a delimitação do espaço, a colocação da passadeira e as crianças fazerem a entrada na escola em segurança. Relativamente às obras nos arruamentos do Vale Fundão, disse haver de facto a necessidade de fazer acabamentos em arruamentos da referida zona, situação da responsabilidade do empreiteiro, acreditando que brevemente essas obras serão concluídas. Relativamente ao bebedouro do parque infantil, disse que tem existido alguns problemas referentes a essa situação informando que os serviços têm vontade de resolver a situação rapidamente dizendo acreditar que assim será feito. Relativamente ao arranque das obras do Hospital de Todos os Santos, informou que ainda não está concluído o resultado do concurso de atribuição da obra e que também a limpeza do terreno é da responsabilidade do Ministério da Educação e da Administração Regional de Saúde. Disse ainda que o que está a ser feito é essa limpeza, tendo os trabalhos já iniciados e a decorrer a bom ritmo, sendo estes trabalhos uma preparação para se poder iniciar a obra acreditando que a mesma se iniciará no próximo ano. -----

---Agradecendo a intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou ao **ponto 2** da Ordem do Dia - **Apresentação, discussão e votação dos Instrumentos previsionais para 2022: Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades**, uma vez que o ponto 1 já foi votado. Passou então a palavra ao Sr. presidente da Junta para que fizesse a apresentação do ponto. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, começou por felicitar a maneira muito digna e civilizada com que todos os partidos políticos participaram nas reuniões dos dias 2 e 4 de novembro, realizadas no âmbito do estatuto do direito de oposição e nas quais deixaram valiosos contributos. Informou ainda que houve um esforço por parte do Executivo para criar, à semelhança do que foi feito em 2017, no primeiro plano de atividades, um conjunto mais amplo de medidas programáticas mais amplas e outras bastante concretas que constituíssem uma linha programática no referido plano. Informou que o Executivo valorizou tudo aquilo que os partidos presentes contribuíram, estando isso explanado neste plano de atividades. Relativamente ao orçamento, disse que também foi tido em boa conta aquilo que foram as propostas dos partidos políticos feitas ao Executivo, fazendo de seguida uma rápida apresentação em PowerPoint, explanando o Orçamento para 2022. -----



DS
A
D

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, agradecendo a explanação deu início ao debate do tema, passando de seguida a palavra ao **Sr. Pedro Monteiro (CDS-PP)** que, no uso da palavra, disse querer em primeiro lugar, agradecer as felicitações do Sr. Presidente da Junta, concordando que as referidas reuniões do estatuto do direito de oposição foram realmente bem-sucedidas e produtivas, tendo sido contemplado aquilo que foi proposto, pelo menos no que diz respeito ao seu partido e à sua bancada. Disse ainda que o Sr. Presidente da Junta fez uma explanação elucidativa relativamente ao plano de atividades e ao orçamento, considerando que é um plano de atividades bastante ambicioso e que a seu ver, é um plano de atividades para um mandato. Salientou ainda que a execução orçamental é única e, portanto, para um ano – 2022 – e que, olhando para o presente plano de atividades, é claro que em termos orçamentais, não poderá ser concluído em apenas um ano. Disse ainda que, na parte introdutória do plano de atividades, é reconhecido que houve coisas que não foram realizadas no anterior mandato e, portanto, está ali explanado neste plano de atividades para 2022 e, pelo que entende, presume ser um plano para o horizonte temporal de 2022-2025. Disse que, a seu ver, existem nos documentos alguns sinais de mudança e apostas que o seu partido tem vindo a afirmar que são essenciais para o desenvolvimento da freguesia e reconheceu que o Sr. Presidente da Junta, ainda que de uma forma ténue, existem alguns reforços nesta área. Salientou que o aumento orçamental na área do património, comércio e urbanismo e economia, traduz, a seu ver, alguma vontade de mudança e vontade de apostar em setores que dinamizam a freguesia, que criam emprego e que fomentam o desenvolvimento da freguesia de Marvila. Reconheceu a aposta feita, mas disse também esperar que depois se traduza em ação e que não seja só um reforço financeiro para agradar, mas que se concretize em medidas com este reforço de verba. Pediu esclarecimentos em relação à despesa com pessoal, dizendo haver uma redução no orçamento inicial em comparação com orçamento previsto para 2021, na ordem dos 20000 euros. Disse saber que não é uma verba muito significativa e disse também se o quadro de pessoal é idêntico ao de 2021, mas uma vez que o Sr. Presidente afirmou que contou com o aumento do salário mínimo, considera que estes números estejam corretos e que de facto isto se consiga alcançar. Disse que de facto a despesa com pessoal é o que tem maior peso na freguesia de Marvila, e também a aquisição de bens e serviços que, em conjunto, representam cerca de 70% do orçamento. Salientou ainda outros pontos positivos como um aumento de verba para o espaço público. Questionou se a nível da habitação existe ou está prevista alguma alteração dada a verba disposta para esse caso, não sendo a habitação competência da Junta. Disse não haver muito a dizer sobre a receita pois isso vem das transferências correntes e das transferências de capital, solicitando esclarecimentos relativamente a isso sobre o que falta executar ou não foi executado no ano anterior. Falou relativamente à situação existente relativa aos médicos de família no centro de saúde, dizendo que pessoas de idade vão para lá por volta das seis da manhã para conseguir arranjar uma consulta e, estando à porta da abertura do novo centro de saúde, receia que o que faz um bom centro de saúde é haver bons ou maus profissionais. Disse que o Centro de Saúde até pode ser o melhor do mundo, mas se não houver profissionais não vale de nada. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Nuno Almeida (PCP)** que, no uso da palavra, disse que a análise neste ponto não pode ser feita unicamente



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

documento a documento, os documentos devem ser lidos e interpretados num conjunto pois para desenvolver o plano de atividades é necessário que existam verbas disponíveis para cada uma das atividades e, simultaneamente, trabalhadores em número e qualificações e com condições de trabalho para levar o serviço público a cabo. Fazendo algumas considerações sobre os mesmos, disse que, sobre o plano de atividades, se congratula por ver incluídas algumas das propostas do seu partido. De qualquer modo, disse notar no documento alguma desorganização naquilo que são as áreas e depois a correspondência nos pelouros vertidos no orçamento, nomeadamente o urbanismo aparece duas vezes. Disse ainda haver algumas questões que considera deverem ser melhoradas, como por exemplo, a atribuição do dia de aniversário aos trabalhadores pois considera que esse é um direito conquistado pelos trabalhadores, inscrito na contratação coletiva logo, a seu ver, não era necessário constar do plano de atividades. Disse ainda que se equaciona a cedência de uma viatura à PSP, salientando que, desde já a sua bancada discorda considerando que esta é uma obrigação do estado central que é dotar as forças de segurança dos meios necessários para o seu trabalho, sejam materiais ou humanos. Pediu esclarecimentos relativos ao campo de jogos da rua Manuel Teixeira Gomes, referido na página 9 do documento, questionando que campo é referido nesta situação. Salientou que na estrutura verde nada diz sobre os espaços expectantes da freguesia considerando ser um problema pois continua a haver espaços por cuidar. Chamou a atenção para o desaparecimento da referência às comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, questionando se a Junta se esqueceu destas importantes datas ou se resolveu substituí-las pelo Dia das Bruxas que passou a constar no documento. Relativamente ao que está referido como contributo para as medidas municipais de habitação, considera pouco que a Junta apenas se proponha a identificar as carências e os fogos disponíveis. Referindo-se à área da higiene urbana, disse que nada diz sobre melhorar a limpeza na freguesia ou sobre o reforço do número de trabalhadores. Disse ser ainda mais grave que nada perspetiva a melhoria de condições dos postos de limpeza, em especial do Armador ou a construção de um novo posto para o Condado que estão na iminência de ver o seu posto desaparecer devido à construção do novo hospital. Referindo já o mapa de pessoal, disse que, a seu ver, deveria vir acompanhado de uma adenda com o número de avenças e prestação de serviços existente no momento para que a Assembleia possa ter esse conhecimento. Disse não entender o porquê de a Junta vir todos os anos a diminuir o número de trabalhadores. Relativamente aos lugares em aberto questionou se irão ser abertos concursos para o preenchimento dos referidos lugares. Tendo analisado o orçamento e o plano plurianual de investimentos, disse que, a seu ver, este é um orçamento de continuidade e de retrocesso, uma vez que não acrescenta nada de novo e porque apresenta uma redução com os gastos de pessoal, aumentando o pessoal de avença. É sua opinião que os documentos apresentados continuam a não dar resposta aos problemas da freguesia nas várias áreas. Informou por fim que, assim sendo, o seu partido votará contra o orçamento apresentado. -----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Pedro Sousa (BE) que, no uso da palavra, referindo-se ao orçamento, disse constatar que houve de facto uma melhoria em áreas com a ação social, onde economicamente foram acrescentados 100000 euros, também em relação ao património onde houve um acréscimo de 120000 euros houve uma melhoria visível, assim como ao espaço público e



DB
A
X

mobilidade. Contudo, disse que é visível que em áreas como a cultura e o desporto, o orçamento não apresenta nenhum tipo de alternativa. Disse que o seu partido apresentou na reunião de estatuto do direito de oposição um leque de medidas e que, de facto, vê isso espelhado no plano de atividades com a criação do festival das amendoeiras em flor, mas, contudo, existem áreas importantíssimas como a da violência doméstica que não consta do referido documento, tal como a criação de um gabinete de apoio às vítimas e, na área da cultura dar um espaço ao Palco Oriental. Ainda sobre o orçamento, disse que considera ser um orçamento que tenta ser ambicioso, mas peca por lacunas, como a redução da despesa nos contratos de delegação de competências pondo em causa se isto é um alerta de que a Junta de estará a demitir de funções/ competências, ou se haverá alguma outra razão. Sublinhou alguns pontos positivos como o programa “Emprega”, sendo importante dar emprego e emprego jovem, mas disse estar ciente que este é um orçamento que está um pouco no ar, dependente do orçamento da CML, não havendo ainda a noção de o Presidente da CML irá ou não fazer cortes nomeadamente no FES e nas competências das Juntas. Assim sendo, disse que o seu partido irá dar um voto de confiança nestas propostas com a sua abstenção. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra à **Sr.ª D. Patrícia Cipriano (PSD)** que, no uso da palavra, saudando os presentes, disse congratular-se de, pela primeira vez estar com o plenário, dando de seguida algumas notas sobre os documentos. Disse que, relativamente à despesa prevista e sendo certo que se congratula e parabeniza a Junta pelo reforço que foi feito em áreas tão importantes como o espaço público, a segurança e mobilidade, a habitação, o património, o comércio, a economia e a inovação. Disse que, a seu ver, é fundamental para a freguesia que estas áreas da inovação, da economia e do comércio, sejam fomentadas e de forma acompanhada. Disse que não basta aspergir dinheiro para a mão das pessoas, mas ensiná-las, com esse dinheiro, conseguir efetivamente gerar riqueza, considerando que isso é muito importante para esta Junta de Freguesia, sendo também importante para a autoestima da população. Informou que, quando da campanha, constatou que a população, os jovens, mais do que dinheiro, querem ter formação e a verba alocada para esta rubrica é importante para isso, sugerindo até a criação de um grupo de trabalho que possa ajudar os jovens a criar os seus negócios. Relativamente à segurança, tendo oportunidade de ter ouvido o freguês, Sr. Manuel Martins, dizendo que o bairro do condado estava abandonado, salientando que, na realidade, nem tudo pode ser feito pela Junta, mas considera também que o Presidente da Junta pode fazer algumas coisas e fazer a diferença na vida destas pessoas. Disse que, a segurança à noite no Condado, é realmente um problema que tem que ser resolvido e disse acreditar que com este reforço orçamental poderá ter algumas melhorias eventualmente. Referindo-se ao desporto e juventude, disse ter entendido que esta verba está alocada, em grande parte, a dois contratos, salientando não duvidar que o desporto e a cultura são fundamentais para o crescimento da juventude de Marvila, para a sua saúde física e também psicológica, havendo crianças que só conseguem ser felizes na atividade física. Salientou que é importante diversificar a oferta desportiva, dizendo que ter muitos campos de futebol e não ter nenhum de ténis acaba por invalidar a igualdade que se quer necessária entre estas crianças e as crianças da freguesia da Lapa ou da Estrela, por exemplo. Frisou que é necessário trazer a Marvila coisas que as outras freguesias



PS
J
X

têm. Relativamente à cultura, disse ficar muito contente de estarem alocados 200000 euros a essa área acreditando que com esse valor se poderá ter um espaço de cultura em Marvila, um espaço que possa proporcionar música, teatro, literatura, poesia, sendo a questão que se tragam mais-valias para Marvila, pessoas que possam ajudar as pessoas de Marvila a gostar da cultura pois considera que a cultura também se aprende. Disse que a sua bancada irá votar a favor do orçamento apresentado acreditando que o seu partido deu um importante contributo para estas melhorias dando os parabéns ao executivo por terem acolhido as suas sugestões. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra à **Sr.^a D. Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, felicitou o Sr. Presidente da Junta e o seu Executivo pelo orçamento apresentado e pelo que o mesmo representa de tentativa de melhoria. Disse esperar chegar ao final do ano e verificar que foi eficaz na melhoria da freguesia. Disse considerar importante o ter havido um reforço na economia e inovação pois quando há tempos de dificuldade é necessário insuflar a economia, mas além disso é necessário inovar a forma como é feita a expansão dessa economia e como se envolve as pessoas no seu desenvolvimento e no desenvolvimento local onde estão inseridos. Disse ainda que já passou o tempo de “dar o peixe” e sim “ensinar a pescar”, dizendo ser isso que se espera da Junta de Freguesia. Em relação ao espaço público, começando pela iluminação pública, segurança e mobilidade, disse que, além de pugnar junto dos operadores dos transportes por algumas melhorias, será bom também melhorar as condições de quem tem que esperar pelos transportes públicos e o reforço na colocação de abrigos para quem espera e também fazer a revisão dos percursos de acordo com alguma métrica para entender quais são os fundamentais ou não. Relativamente ao espaço público, disse ir falar apenas do que está perto da sua habitação, salientando que no documento diz que irá ser feita a requalificação da rua Estevão de Vasconcelos, pedindo para não ficar esquecido o troço da rua Vale Formoso, porque ele existe entre a avenida e a dita Estevão de Vasconcelos. Em relação à área da higiene urbana e saúde, disse que ambos os temas estão ligados não há saúde pública sem higiene urbana dizendo ainda esperar que as transferências da CML continuem a corresponder às necessidades dos moradores de Marvila. Questionou ainda, em relação ao novo centro de saúde, qual a expectativa de acabamento da obra, mas salientou que, depois da obra, este centro de saúde dê resposta multisectorial à população de Marvila pois não basta haver médicos e enfermeiros, é preciso haver técnicos de outras especialidades que são fundamentais para esta freguesia. Salientou também que, além de tudo isso, é necessário o centro de saúde estar munido de recursos humanos para não defraudar aquilo que se espera do novo centro de saúde. Relativamente à saúde animal, considera realmente importante aumentar os dispensadores dos dejetos caninos, mas também considera que, quem tem animais deve se responsabilizar por tal, salientando que não basta colocar os dispensadores, mas também sensibilizar a população e não vê isso ser considerado nos documentos. Relativamente à colocação de abrigos para gatos chamou a atenção que é também necessário a esterilização destas comunidades. Relativamente à aquisição de bens e serviços, solicitou informação de qual é o maior peso nessa rubrica, se bens ou se serviços. -----



JB
J
JP

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou seguidamente a palavra ao **Sr. Paulo Vasconcelos (CH)** que, no uso da palavra, disse que a decisão da sua bancada no que refere o orçamento é votar contra porque em primeiro lugar é difícil de compreender e além disso, está ligado a um dito plano de atividades, mas que não o é. Considera que é apenas um documento onde está plasmado listas de assuntos a tratar pela Junta de Freguesia. Disse que um plano, na sua conceção, tem que ter uma calendarização, uma dotação financeira discriminada e também uma indicação do objetivo a atingir. Disse que a seu entender foram apenas compiladas ideias a elaborar, inclusive algumas sugeridas pelo seu partido, e que frisou ser bem-vindas, mas a seu ver, não existe no documento uma indicação de concretização dessas ideias. Disse acreditar que o que vai acontecer é assistir a uma repetição, que se vai encontrar ali 50 destes itens ou mais no próximo orçamento para aprovar ou validar. Disse haver uma repetição de todos estes temas entendendo que está difícil compreender os documentos. Referindo-se à manutenção urbana, disse que, durante as rondas que fez nos bairros, constatou que não existe uma limpeza sistemática nos bairros. Disse entender que tem que haver uma regularidade de limpeza em toda a freguesia salientando que o que se assiste diversas vezes é uma equipa de limpezas de três em três meses para, por exemplo, cortar as ervas dos passeios. Pediu esclarecimentos de quem coordena as equipas de limpeza, como são coordenadas, uma vez que também isso não é explicado. Sugeriu que pudesse haver na freguesia uma transparência com o plano de limpezas por bairro para se saber quem é quem e como estão alocados aos bairros. Disse que repararam que existe largada de entulho nos descampados considerando ser uma medida muito fácil de resolver dizendo ainda que o seu partido está disponível para dar conselhos sobre esta situação criando um ponto de depósito. Falando sobre a construção da esquadra no bairro do Armador, disse que o referido bairro é essencialmente um dormitório e a construção da esquadra está em cima de prédios urbanos e só quem nunca viveu ao lado de uma esquadra vai acreditar que será um local silencioso durante a noite dizendo que se deve refletir sobre essa situação. Relativamente ao património, urbanismo, economia e inovação, disse ser uma área muito abrangente em termos de ações e convém explicar a dotação de verbas e como irá funcionar por exemplo o gabinete de apoio ao comerciante e o que irá ser feito, salientando que se trata apenas de um *check-list* e nada mais. Falando da estrutura verde e higiene urbana, disse entender haver ali uma sobreposição de tarefas, acreditando ter que haver uma definição mais detalhada das tarefas apresentadas. Disse ser necessário calendarizar as tarefas pois só com datas se poderá avaliar no próximo ano se os objetivos foram atingidos. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, interpelando o eleito da intervenção anterior, lembrou que se estava a discutir o ponto 2 da Ordem do Dia que inclui o orçamento, o plano plurianual de investimento e o plano de atividades e quando o eleito diz que não se trata de um plano de atividades, frisou que sim, é um plano de atividades que deve dizer o objetivo geral que decorre da Lei das Autarquias Locais que deve dizer quais são as obrigações da Junta de Freguesia, tem uma lista de ações e atividades a serem desenvolvidas, tem a data e o fim previsto, que é o ano civil a que se reporta, e tem um orçamento alocado com cada uma das rubricas. Considera que o plano de atividades completa o orçamento e que, a seu ver, ele está nas devidas condições. -



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Paulo Vasconcelos (CH)** que, no uso da palavra, respondeu à interpelação da eleita que, se esta pensa que o plano de atividades está correto, ele tem a certeza que não está pois deve incluir um calendário, um objetivo, porque se não for dito que se terminará até dezembro de 2022 uma das ações enumeradas em lista corrida, não é cumprido e volta a estar no plano do próximo ano dizendo que isso é uma repetição. Ofereceu-se para na Assembleia seguinte trazer ao plenário o que é um plano. -----

---Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** para prestar os esclarecimentos necessários às questões colocadas pelos eleitos. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, referindo a intervenção do eleito, Sr. Pedro Monteiro, relativamente ao plano de atividades, disse que naquilo que foi sempre descrito e na abertura aos senhores membros representantes das várias forças políticas, é que se iria apresentar um plano de atividades extenso, que seria um plano para quatro anos, sem uma calendarização efetiva porque o plano de atividades contempla também um conjunto de matérias em que se tem que solicitar, exigir, pugnar pela defesa de coisas que a Junta não consegue perceber quando as mesmas se concretizam. Disse que o desejo do Executivo é que elas se concretizem, que se façam não se tratando de haver aqui ninguém a ensinar planos a ninguém, mas sim de entender o que é a vida de uma autarquia perante as entidades competentes e da exigência que isso acarreta. Disse ser isso que sempre quis transmitir de uma forma transparente a todo o plenário pois existem no documento medidas que se repetem todos os anos e também existem medidas que a Junta quer que sejam feitas e, por lapso, podem não estar expressas no documento. Disse que é um homem do 25 de Abril e do 1º de Maio e, por isso, essas medidas constarão lá. Disse ainda que é obvio que as crianças de Marvila terão sempre o Carnaval, os Santos Populares, a Praia-campo, os seniores de Marvila terão sempre o seu passeio sénior, salientando que estas medidas constam do documento e serão sempre repetitivos. Mas salientou também que a Junta não se pode comprometer com um calendário em que o calendário é o do ano, querendo deixar àqueles que nos seguem também um conjunto de situações que não foram concretizados. Salientou ainda que este plano de atividades não é um plano duma empresa, é um plano de um órgão público administrativo, que deve exigir junto de outras identidades, do governo central, da CML e de outros organismos a sua execução. Deu como exemplo a escola Afonso Domingues ou Vitorino Nemésio que enquanto não for resolvida a sua situação têm que constar sempre no plano de atividades não havendo um calendário sobre elas. Frisou também que o Hospital de todos os Santos ou a escola 195 terão sempre lugar no plano de atividades enquanto as suas situações não forem resolvidas. Disse que o plano de atividades não é só um plano, mas também um programa de exigência a todos nós. Disse agradecer as intervenções dos eleitos para que pudesse esclarecer estes pontos salientando que não se importa de ser repetitivo. Sobre a mudança e a aposta em setores, disse que todos podemos melhorar, podemos equilibrar e, sendo esta a função da Junta, entenderam que dado estarem desequilibrados era necessária uma mudança, conseguindo fazer outras atividades, valorizar o espaço público e a segurança dos Marvilenses bem como outros setores da nossa freguesia. Relativamente à despesa de pessoal, disse ser menor porque, efetivamente, há que ter a certeza e a confiança de que aquilo que



12.
J
JP

está espelhado é aquilo que se irá gastar. Disse que o valor é menor também porque algumas pessoas se irão aposentar e nem todos irão ter o aumento do salário mínimo nacional pois já algumas das pessoas do quadro de pessoal ganham acima do salário mínimo nacional. Relativamente aos contratos de delegação de competências, concorda com o eleito Sr. Pedro Monteiro quando diz que estes deveriam ser alvo de alguma informação, salientando que na informação escrita do Presidente da Junta, quando a mesma ocorrer, eles terão que lá estar devidamente identificados. Chamou a atenção para a intervenção do eleito, Sr. Paulo Vasconcelos, onde este disse que, por vezes o que nós vemos não é bem a realidade, existe uma aparência de que os serviços de limpeza e higiene vão aos bairros de três em três meses, mas isso não é a realidade. Informou que há mapas de serviços e estes serviços são auditados e, a seu ver, mal seria que os relatórios e os mapas não espelhassem o que é verdade na realidade. Disse ainda que existem algumas deficiências, devido à grande extensão da freguesia e também a negociação que considera uma negociação infeliz relativamente aos protocolos de higiene urbana pois nas mesmas foi comparado o que não se pode comparar, com outras freguesias cuja extensão geográfica é muito mais reduzida, frisando ainda que Marvila recebeu as mesmas verbas que outras freguesias muito mais pequenas, como por exemplo o Beato. Relativamente à questão dos médicos de família, disse não querer se imiscuir numa questão tão sensível como esta, ou seja, no funcionamento e gestão do centro de saúde, considerando na sua opinião que o problema se trata da gestão do próprio serviço, não devendo a Junta se imiscuir em algo que não está na sua alçada, dizendo que deverá ser a Administração Regional de saúde que deverá verificar quais as pessoas que tem a dirigir aquele serviço e quais os recursos frisando que aquilo que a Junta poderá fazer é sensibilizar nesse sentido esperando como cidadão e como autarca que aquela gestão melhore e tudo possa avançar a contento. Relativamente à intervenção do eleito Sr. Nuno Almeida, disse ter ficado agradado com o conjunto de questões colocadas, dizendo haver matéria que não faz sentido estar no documento e frisando que foi a Junta que fez os primeiros acordos coletivos tendo avançado quando os outros não o fizeram, dizendo estar à vontade sobre este tema. Disse que a Junta de freguesia dá várias regalias aos trabalhadores enumerando algumas delas, dizendo para fazerem uma auscultação aos trabalhadores para poderem verificar o grau de satisfação dos mesmos. Relativamente ao campo de jogos, respondeu que deve ter havido ali um equívoco. Relativamente ao 25 de Abril e 1º de Maio disse que os mesmos devem figurar do plano de atividades como uma consagração agradecendo o reparo para o poderem corrigir. Relativamente aos espaços expectantes respondeu que só pode ser um lapso pois estes devem constar do documento. Disse ainda que os espaços expectantes ficariam muito mais bem tratados se não tivessem na competência da CML e sim da Junta de Freguesia. Relativamente ao reforço dos trabalhadores, disse acreditar fazer o reforço dos trabalhadores, mas disse também que há que haver muito cuidado e entender que um trabalhador da higiene e limpeza urbana assim como dos espaços verdes tem um custo anual na ordem dos 20000 euros e a Junta tem que ter contas muito equilibradas e um trabalhador desta custa mais do que um assistente técnico na Junta ou um assistente operacional nas escolas. Concluiu que, para isto poder acontecer há que ter receitas para esse fim. Disse que se tem que ter muito controle e aquilo que é o compromisso da Junta de Freguesia é encontrar o financiamento



[Handwritten signature]

necessário para que estas pessoas não estejam em precarização. Relativamente ao orçamento continuado e de retorno, disse ficar desolado com o voto contra do PCP pois considera que este orçamento é um orçamento amigo da cultura, do desporto, da juventude e da ação social. Considera que ao votar contra, o PCP vota contra o FES, vota contra o ordenado mínimo conscrito na freguesia e vota contra as transferências de apoio aos clubes e associações da freguesia. Relativamente à intervenção do eleito, Sr. Pedro Sousa, disse dar-lhe alguma razão e por isso se penitencia, pois, poderia ser tentado outro caminho, tendo uma inclusão na questão do gabinete de apoio à vítima de violência doméstica podendo isto ter sido pensado de outra maneira. Relativamente ao espaço ao Palco Oriental, acredita ser uma questão muito difícil, considerando que a Junta poderá criar esforços para sensibilizar a CML para se conseguir um espaço para este grupo de teatro ou uma loja para serventia de armazém dos seus equipamentos e dos seus cenários. Enfatizou que a Junta sempre teve uma política muito aberta em relação ao Palco Oriental e sempre cedeu as instalações para ensaiar e dar essas condições de trabalho. Relativamente ao orçamento e redução, disse que elas reduzem porque não são despesas de capital e sim despesas que veem da CML, para investimentos em áreas como parques infantis, campos de jogos, arruamentos, esclarecendo que à medida que vão sendo executados esses protocolos vai diminuindo. Relativamente à intervenção da eleita, Sr.^a D. Patrícia Cipriano, disse ser uma intervenção que vem muito ao acordo que resultou da reunião com a eleita ao abrigo do estatuto de oposição com o seu partido e ao conjunto de sugestões que o Executivo entendeu ser contempladas no orçamento. Referindo-se à intervenção da eleita, Sr.^a D. Luísa Costa Gomes, disse ser também pertinente para a melhoria de um conjunto de áreas que devem ter essa melhoria e estão muito mais situadas na área da iluminação pública, segurança e mobilidade. Disse que o nome de “Parque Geriátrico” não é o nome que deve constar havendo ali um lapso que deve ser corrigido. Relativamente aos abrigos para gatos, disse que esses abrigos pressupõem a esterilização dos animais. Relativamente à requalificação da rua Estevão de Vasconcelos, disse que a intervenção na rua do Vale Formoso a seu ver, terá que ser uma intervenção profunda e não deve advir de um contrato de delegação de competências e que deveria ser realizada pela própria CML pois provavelmente terá também naquele troço problemas de saneamento que a CML terá maior especialização nestes trabalhos. Respondendo ao eleito, Sr. Paulo Vasconcelos, disse que a Junta tem um depósito no posto de limpeza do Condado, mas não se consegue evitar que esse depósito seja realizado na via pública pelas pessoas considerando ainda que a capacitação da Junta deverá ser melhorada para poder responder a isso. Salientou de qualquer modo que muitas vezes esta situação acontece. Relativamente à questão colocada pela eleita do PS, sobre a aquisição de bens e serviços, disse ser claro que a aquisição de serviços é maior, incluindo situações de higiene urbana, transportes, estudos, vigilância, portanto, um número de serviços maior que o número de bens. Relativamente à esquadra do bairro do Armador, considera que é uma boa localização e terá sido em conta que não irá produzir ruído para aquela população salientando também que os agentes da PSP terão muito mais e melhores condições de trabalho. Disse ser importante um policiamento de proximidade e de prestação de auxílio de uma forma mais direta e, por isso, não sendo um apreciador do sistema estatal local substituir o sistema estatal central, e se para isso, à semelhança de



DS.
↓
D

outras juntas da cidade de Lisboa, se puder disponibilizar uma viatura moderna, eficaz para o trabalho a realizar, isso deverá ser feito até porque, se calhar o estado central não responde a isso e, a seu ver, podendo equilibrar essa situação específica, a Junta o deverá fazer porque existem os recursos humanos mas falta a viatura para estes poderem funcionar em pleno. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Pedro Monteiro (CDS-PP)** que, no uso da palavra, relativamente aos contratos de delegações de competências, disse que realmente, a última informação escrita do Presidente da Junta já elencava uma série de projetos que tinham sido realizados ao abrigo dos contratos de delegações de competências, salientando esperar que essa prática se mantenha e que na próxima informação escrita venha uma informação mais atualizada relativamente a essa questão. Disse que, relativamente ao centro de saúde se referia ao antigo salientando que, concordando com o Sr. presidente da Junta, não tem a ver com um problema da Junta, mas um problema de gestão do próprio centro de saúde esclarecendo que a sua intervenção foi no sentido de se fazer alguma pressão para que o novo centro de saúde possa ter meios, tanto humanos como materiais para funcionar em pleno e com eficiência. Relativamente para a sensibilização das pessoas relativamente aos contentores de recolha lateral, disse não concordar com o Sr. Presidente pois considera que as pessoas que não estão sensibilizadas por natureza, não estão sensibilizadas para qualquer tipo de contentor. Informou que no bairro dos Lóios foi feita a lavagem das ruas pelo que parabenizou a Junta salientando que isso mostra que a lavagem das ruas anda a ser realizada, bem como os cortes das árvores, embora considera ser importante saber a periodicidade com que isto é feito. Informou locais de entrada da freguesia a necessitar de deservagem. Disse que o seu partido nunca foi contra a apoiar as associações, mas considera que é importante a capacitação dos dirigentes que estão à frente dessas instituições bem como prestação de contas dos dinheiros que lhes foram atribuídos. Disse qual o seu sentido de voto, informando que o CDS-PP se irá abster embora reconheça que houve melhorias significativas introduzidas no orçamento dando sinais de que as coisas poderão levar outro caminho. -----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Nuno Almeida (PCP) que, no uso da palavra, disse não saber qual a fonte de informação do Sr. Presidente informando que a sua bancada se reuniu com o comandante da 14ª esquadra no espaço da mesma, e realmente uma das suas queixas é que só tinha um carro para toda a freguesia, o que considera manifestamente pouco, mas informou que o comandante disse que, se tivesse outra viatura, também não tinha pessoal para poder andar com outra viatura pois há falta de efetivos na esquadra. Disse ainda que concorda que existe a necessidade de outra viatura, mas continua a considerar que deve ser o estado central a arcar com essa responsabilidade. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, não havendo mais intervenções passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, começou por responder ao eleito, Sr. Nuno Almeida, dizendo que a Junta de Freguesia não se quer substituir ao estado central ao que concerne o procedimento geral, mas também existe o procedimento em proximidade que, a seu ver, é algo completamente diferente e considera ver-se no polícia uma amigo achando que para uma situação de proximidade faz todo o sentido na proteção de uma população vulnerável. Relativamente à intervenção do Sr. Pedro Monteiro, dizendo que ali está expresso



Handwritten initials in blue ink, possibly 'JP' and 'JP'.

algo que tem que ser detalhado e cuja informação os senhores eleitos deverão ter. Disse ainda ir solicitar aos serviços que recolham toda a informação detalhada da escala dos serviços de serviço dos trabalhadores da freguesia bairro a bairro ajudando assim os serviços a fazer cada vez mais um melhor trabalho para a freguesia. Disse também que a Junta está a tentar estabelecer uma parceria com a associação de coletividades de Lisboa para iniciar um protocolo de colaboração para formação dos dirigentes associativos de Marvila e também através da área jurídica e da contabilidade dar apoio aos dirigentes associativos caso necessitem. -----

---O Sr. Presidente da Assembleia, não havendo mais pedidos de intervenção, colocou à votação os instrumentos provisionais para 2022. -----

---Passada a votação, **foi o Orçamento para 2022 aprovado por maioria com os votos a favor do PS e do PSD, os votos contra do PCP e do CH e as abstenções do BE e do CDS-PP.** -----

---Passada a votação, **foi o Plano Plurianual de Investimento para 2022 aprovado por maioria com os votos a favor do PS e do PSD, os votos contra do CH e as abstenções do PCP, do BE e do CDS-PP.** -----

---Passada a votação, **foi o Plano de Atividades para 2022 aprovado por maioria com os votos a favor do PS e do PSD, os votos contra do CH e as abstenções do PCP, do BE e do CDS-PP.** -----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou então ao **ponto 3** da Ordem do Dia - **Apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal da Freguesia**, passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentação do ponto. -----

---O Sr. Presidente da Junta, no uso da palavra, disse que o referido mapa contempla 140 lugares no seu total estando 118 preenchidos e havendo 22 vagas, estando as vagas constituídas por três vagas que o Executivo não pensa preencher mas que têm que estar contempladas devido à orgânica da freguesia de Marvila, um engenheiro que não é interesse da Junta manter tendo sido feita a sua troca por um quadro superior para a comunicação social e jornalismo, informando que, brevemente será feita a mobilidade interne de um funcionário para esta vaga licenciado em comunicação e jornalismo e que já hoje é o gestor das redes de comunicação que é o Dr. Bruno Gomes e que a partir do próximo ano fará a sua mobilidade intercarreiras para o referido lugar. Disse existir ainda uma vaga de jurista que o Executivo pretende que seja ocupada, existindo cerca de 15 vagas, 13 de assistentes operacionais da higiene urbana e dois assistentes operacionais para os espaços verdes. Disse ainda que tem a convicção que abrirão vagas em 2022 nas assistentes operacionais de jardim de Infância, informando que algumas delas já estão em mobilidade para outros organismos e provavelmente essa mobilidade será concretizada. Disse que o objetivo do seu executivo é perceber se há folga orçamental para promover ainda mais emprego público. Disse que um dos problemas é que alguns dos trabalhadores não podem entrar para o quadro nem participar em concursos por falta de habilitações sendo difícil conseguir que estes se motivem para conseguir as habilitações necessárias ao seu trabalho e carreira.

Fez então uma pequena explanação da situação e do quadro de pessoal. -----

---O Sr. Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao **Sr. Paulo Vasconcelos (CH)** que, no uso da palavra, relativamente aos recursos humanos, constatou que a nível da higiene urbana existem pessoas nuns setores e outras noutros e, sendo novo na Assembleia, sente alguma dificuldade em entender o mapa



DS
J
D

de pessoal e os seus recursos humanos pelo que solicitou esclarecimentos relativamente ao assunto em questão. Propôs entrevistar alguns dos trabalhadores para poder ter uma visão concreta e entender as dificuldades da Junta sendo difícil fazê-lo sem conhecer as pessoas. Relativamente às contratações disse compreender a parte da dotação financeira considerando que o Sr. Presidente foi claro em relação ao assunto. Questionou se os três cargos para dirigentes que o Executivo não pretende preencher se irão manter para o próximo ano. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, disse ter escutado com atenção a explanação feita pelo Sr. presidente da Junta, solicitando esclarecimentos de porquê a Junta de Freguesia de Marvila não tem como objetivo principal preencher os lugares de Chefe de Divisão pois, atendendo às características e funções que podem exercer, podem ajudar e, a seu ver, em muito o trabalho a desenvolver na freguesia. Relativamente à fraca qualificação de alguns recursos humanos, disse que a seu ver depende apenas da Junta a capacitação dos referidos recursos humanos. A seu ver, deveria ser um objetivo da Junta a qualificação destas pessoas para a melhoria da sua vida. Considera que neste mapa de pessoal se espelha o que tem acontecido anteriormente que é a falta de recursos humanos em setores como a higiene urbana e os espaços verdes. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, não havendo mais pedidos de palavra, passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para prestar esclarecimentos. O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, respondendo à solicitação feita pelo eleito, Sr. Paulo Vasconcelos, disse de uma forma institucional e formal, isso não poderá ser feito por uma questão de privacidade do trabalhador que responde à sua entidade, mas não tem que ser questionado pelos membros da Assembleia. Relativamente às questões levantadas pelo eleito, Sr. Luís Castro, a questão não está nos dirigentes, mas acredita que com um Presidente da Junta presente a cem por cento, atuante e determinado em dirigir aquilo que é a vida desta Junta de Freguesia, bem como um Executivo de presença constante, não é necessário haver chefes de divisão salientando que o dinheiro aplicado nesses cargos é, a seu ver, mais bem aplicado em lugares de cantoneiros de limpeza. Disse ainda que, a seu ver, o trabalho dos assistentes operacionais da higiene urbana e espaços verdes tem que ser valorizado e fazer jus monetariamente aos riscos inerentes ao seu trabalho. Disse ainda que, a seu ver, se deveria ter mais efetivos para responder às segundas-feiras, depois de uma feira do relógio, salientando que, tudo o que é bairro dos Lóios, bairro da Flamengo e bairro do Armador sofre fortemente com o lixo que é produzido pela feira do relógio. A seu ver, disse que deveria haver um reforço com a CML para resolver esta situação. Relativamente aos espaços verdes, disse ter havido um conturbado processo de contratação pública nessa área, reforçando que hoje se está muito melhor, já não havendo queixas de como atuam, mas da falta de colaboração e civismo de algumas pessoas que não aceitam os pedidos de ajuda para que, por exemplo, se retirem as viaturas para se poder podar as árvores. Relativamente à valorização dos funcionários, disse que se pudesse levar os funcionários ao D. Dinis para estes fazerem o melhoramento das suas condições académicas, o faria, mas como é compreensível, não os pode obrigar mesmo o Executivo dando todas as condições para que possam ir estudar, desde as explicações ao tirar fotocópias e adquirir material de estudo. -----



Handwritten initials and a signature in the top right corner.

---não havendo mais intervenções, o Sr. presidente da Assembleia colocou à votação o **Mapa de Pessoal da Freguesia**. -----

---Passada a votação, **foi o Mapa de Pessoal da Freguesia aprovado por maioria com os votos a favor do PS, do PSD e do CDAS-PP e as abstenções do PCP, do CH e do BE.** -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou ao **ponto 4** da Ordem do Dia - **Apreciação e discussão do Relatório do Revisor Oficial de Contas**, passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentação do ponto. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse não se ir alongar sobre o presente relatório que demonstra a situação financeira do primeiro semestre da Junta de Freguesia de Marvila, justificando a sua posição por respeito àqueles que exerceram o cargo na Assembleia anterior e que já não estão presentes, uma vez que este relatório tem muito a ver com os anteriores membros da Assembleia de Freguesia pois foi durante o seu mandato que esta situação ocorreu. Salientou apenas que a 30 de junho, a Junta de Freguesia apresentava um balanço positivo na ordem dos 104 mil euros, apresentava a captação de receita de 51% o que era normal pois estava-se a meio do ano, sendo na altura a despesa baixa. Frisou que hoje a despesa tem um diferente cenário pois todas as obras de delegação de competências da Junta de Freguesia estão adjudicadas e as obras estão em curso, fazendo uma listagem das obras em curso, sendo essas obras de grande custo, logo essa despesa aumentou. Disse que o explanado no documento era a realidade a 30 de junho. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Pedro Sousa (BE)** que, no uso da palavra, disse que o relatório mostra que houve rubricas que estão muito aquém do comprometido porque o comprometido seria de 69% no primeiro semestre prevendo que o restante fosse realizado até dezembro. Questionou como se irá atingir cerca de 60 ou 70 por cento, quando hoje se está numa percentagem tão baixa. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Pedro Monteiro (CDS-PP)** que, no uso da palavra, relativamente ao ponto em questão, disse não ter muito para comentar sobre o assunto apenas salientando que estamos praticamente em dezembro e este relatório refere-se ao primeiro semestre do ano, estando assim a sua informação muito desatualizada. Disse ainda que a presente informação, não sendo atual, não acrescenta grande valor à discussão. Disse fazer fé no que o ROC menciona, não tendo encontrado erros materialmente relevantes e acredita que essa informação presente é fidedigna. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** disse que a apreciação do documento relativo ao primeiro semestre se deve ao ato eleitoral de setembro que interrompeu o mandato e, pelo qual a informação é agora apresentada. Lembrou ainda que o ponto não será votado e apenas apreciado, passando assim a palavra à **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, disse que o Sr. Presidente da Assembleia disse o que iria ela própria dizer, agradecendo a eloquência com que o fez. Solicitou esclarecimento para uma pequena dúvida, questionando se a nomenclatura “saldo de gerência” se passou a chamar “na posse do serviço”. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Luís Castro (PSD)** que, no uso da palavra, questionou apenas que, quando o ROC, na página 21,



DS-
J
D

refere que os serviços da Junta ainda não conseguiram submeter os documentos de 2020 nesta data, na plataforma, se agora, já o conseguiram fazer ou não. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para responder às dúvidas colocadas pelos eleitos. O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, relativamente à questão do eleito, Sr. Luís Castro, disse que ainda não tinha sido possível resolver a questão apresentada uma vez que são erros da plataforma comuns a todas as Juntas de Freguesia na submissão dos documentos. Relativamente às questões colocadas pelo eleito, Sr. Pedro Sousa, disse que a 31 de outubro já se encontrava nos 56% e hoje já se encontra nos 60% e que a execução vai continuar a subir. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou então ao **ponto 5 da Ordem do Dia - Apresentação, discussão e votação de proposta de suspensão do pagamento e/ou isenção das taxas da Freguesia em vigor na Tabela Geral de Taxas e Preços da Freguesia de Marvila, em articulação com o Município de Lisboa, quanto às taxas com origem nos Regulamentos da Câmara Municipal de Lisboa aplicáveis na freguesia**, passando a palavra ao Sr. Presidente da Junta para apresentação do ponto. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, disse que o Executivo sempre foi defensor que a retoma da economia não seria tão rápida e que se deveria dar sinais de apoio naquilo que são as possibilidades e competências da Junta ao comércio local e aos agentes económicos da freguesia. Disse que o Executivo sempre pensou que no ano de 2022 e 2023, dentro daquilo que eram as possibilidades da Junta de Freguesia e dentro do que são as taxas da Junta, se deve fazer a isenção dessas taxas. Disse ser um pequeno apoio aos agentes económicos, à população que vem à sede fazer os seus atestados e licenças, salientando que considera que a CML acompanhe esse registo da Junta de Freguesia, embora não se tenha a certeza que a CML o fará. Disse que gostaria que, a exemplo dos anos anteriores desde o estado de pandemia, que houvesse um consenso nesta decisão de ajuda aos Marvilenses. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou de seguida a palavra ao **Sr. Nuno Almeida (PCP)** que, no uso da palavra, disse que a sua bancada irá novamente votar a favor da proposta apresentada, embora considere que o momento que se atravessa já não é um momento de afogo como foi anteriormente para a maioria das empresas que já têm alguma retoma. Salientou que para o futuro se deveria ver algum critério nesta isenção uma vez que não é a mesma situação isentar um comerciante local ou uma pequena ou microempresa ou isentar um grande grupo económico considerando não ser da mesma forma justo. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, parabenizou o Executivo pela apresentação da referida proposta, solicitando que se sensibilizasse a CML para que esta possa ser sensível a esta situação, em especial em relação à ocupação do espaço público para que os pequenos comerciantes da freguesia possam continuar a usufruir deste pequeno balão de oxigénio que os tem ajudado no seu percurso por esta situação de pandemia. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Pedro Monteiro (CDS-PP)** que, no uso da palavra, disse que a situação do Covid-19 veio fazer com que houve muita ocupação do espaço público com esplanadas e, a seu ver, toda a gente se apoderou um pouco do espaço público. Questionou o que acontecerá a esses



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

espaços quando se estabelecer o término da pandemia. Disse ainda que, na sua opinião, irão ser taxados e taxados bem, ou de outra forma gostaria de ter informação sobre a referida situação. Disse ainda que, relativamente às taxas, elas são pouco expressivas em termos de receita pelo que considera que se deve manter a sua isenção. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, não havendo mais pedidos de intervenção, passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta para prestar os esclarecimentos solicitados pelos eleitos. -----

---O **Sr. Presidente da Junta**, no uso da palavra, esclareceu que o que a Junta isenta verdadeiramente é os atestados de residência que abrange em a grande parte uma população carenciada que neste momento tem dificuldade em suportar alguns custos necessários nestes casos. Esclareceu ainda que com as esplanadas tem que ser feita uma articulação com a CML, salientando que a Junta foi compensada por 50% da perda de receita do ano de 2020. Disse que a decisão de isenções para ocupação do espaço público será do executivo municipal, se a quer ou não manter. Esclareceu que a Junta acompanhará a decisão da CML. Disse também que, na sua opinião, seria útil que a prática de isenção se mantivesse uma vez que a pandemia poderá se manter. Disse que é também sua opinião que é uma questão de justiça que instituições financeiras de grandes dimensões, como o Pingo Doce, a Decathlon ou o Continente passem a pagar essas taxas em 2023. Disse ainda que, aquilo que foi sua promessa eleitoral de candidatura, foi que isentaria as taxas da Junta em 2022 e 2023 e isso irá ser cumprido. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Pedro Monteiro (CDS-PP)** que, no uso da palavra, solicitou alguns esclarecimentos sobre o centro empresarial chinês junto à RTP, onde são movimentados muitos milhões de euros e que, de facto, está num estado deplorável e disse custar ver como eles trabalham e, até de alguma forma, como vivem, não sabendo o que poderá ser feito sobre este assunto. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra à **Sr.ª D. Luísa Costa Gomes (PS)** que, no uso da palavra, disse que visitou o referido espaço duas vezes e verificou que, de facto, têm condições deploráveis de segurança no trabalho. Sugeriu que fosse solicitada a intervenção da ACT para poder fazer algo sobre o assunto-----

---O **Sr. Presidente da Assembleia** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Junta** que, no uso da palavra, respondeu que a referida situação foi identificada junto das autoridades competentes para o efeito e que a Junta de Freguesia já fez a sinalização de uma maneira informal considerando ser um assunto muito delicado. -----

---O **Sr. Presidente da Assembleia**, não havendo mais intervenções, colocou à votação do plenário a **proposta de suspensão do pagamento e/ou isenção das taxas da Freguesia em vigor na Tabela Geral de Taxas e Preços da Freguesia de Marvila, em articulação com o Município de Lisboa, quanto às taxas com origem nos Regulamentos da Câmara Municipal de Lisboa aplicáveis na freguesia.** -----

---Passada a votação, **foi a presente proposta aprovada por unanimidade.** -----

----- **PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES** -----

---Das deliberações do Órgão, que tinham eficácia externa, foram dadas publicidade, através de edital, afixado no edifício sede da Freguesia, durante cinco dos dez dias subsequentes à data da tomada das deliberações em minuta. -----



---Face ao adiantado da hora, e por deliberação da Assembleia, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu por encerrada a reunião ordinária, eram **24h00**, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia, pela 1ª Secretária e pela 2ª Secretária. -----

O Presidente da Assembleia *Manfred*

A 1ª Secretária *Diana Pudeiro*

A 2ª Secretária *Daniel Augusto Costa Sena*

